



MAGNAVITA

claudio.magnavita@gmail.com

@colunamagnavita

Nova Diretoria do Clube de Engenharia empossada

Fotos Fernando Alvim/Clube de Engenharia

Com os dois andares do auditório cheio, foi realizada na noite de segunda-feira (9), a cerimônia de posse da nova Diretoria do Clube de Engenharia, no Centro do Rio de Janeiro. O novo presidente, Francis Bogossian, foi eleito com 76% dos votos dos sócios do clube. Na 1ª e 2ª vice-presidência, o engenheiro de produção Fernando Peregrino e engenheira nuclear Olga Simbalista, respectivamente.

“Voltei a disputar a eleição do CLUBE devido ao que chamo de “uma conjunção astral”. Os astros são os Ex-Presidentes do clube, todos eles combatentes notáveis pela engenharia, e o atual Presidente, Márcio Girão, que abriu mão da própria candidatura para me permitir a oportunidade de retomar minha incessante luta pela soberania da Nação, da qual a engenharia é mola propulsora”, ressaltou Francis Bogossian, durante seu discurso.

“Este momento, com a nossa eleição, nos abre a oportunidade de falar à sociedade e, em particular, aos engenheiros, destacando os pontos de atenção para que o Brasil retome a sua trajetória de avanços tecnológicos”, finalizou.

Entre os presentes, compuseram a mesa da posse: Aloísio Mercadante, pres. do BNDEs; Celso Pansera, presidente da FINEP; o reitor UFRJ, Roberto Medronho, representando os demais reitores presentes: deputada federal Benedita da Silva; a diretora de Exploração e Produção da Petrobras Sylvia Anjos; os almirantes-de-esquadra, ex-comandantes da Marinha do Brasil, Júlio Soares de Moura Neto e Leal Ferreira; e o ex-presidente Márcio Girão.

Na ocasião, a ministra da Ciência, Tecnologia e Inovações, Luciana Santos, enviou vídeo, que foi exibido, parabenizando Francis. Na plateia, o pai do pré-sal, Guilherme Estrella, conselheiro eleito, assim como o conselheiro Jose Luiz Alquéres. Outro eleito conselheiro foi o almirante Othon Pinheiro da Silva, ex-presidente da Eletronuclear, muito homenageado em todos os discursos.

Também estiveram presentes Márcio Pochmann, presidente do IBGE; presidentes do CREA, SENGE, FISENGE, de várias academias, CNPQ, AEERJ; Jorge Bitar, da Fundação Perseu Abramo; o jornalista Leonardo Attuch, proprietário do Brasil 247, veio de São Paulo; o ex-ministro Roberto Amaral; os deputados Luiz Paulo Corrêa da Rocha e Marta Rocha; entre outros que prestigiaram a cerimônia.

Confira na íntegra o discurso de posse do presidente Francis Bogossian no site do Correio da Manhã, em Coluna Magnavita.



O novo presidente do Clube de Engenharia, Francis Bogossian



Fernando Peregrino (1º vice-presidente); a deputada Benedita da Silva; o presidente do Clube de Engenharia, Francis Bogossian e Hildegard Angel



O presidente do BNDEs, Aloísio Mercadante, durante seu discurso na cerimônia



Wagner Victor, Aloísio Mercadante, Yara Nagle, Francisco Victor e Guilherme Estrella



O evento foi realizado na noite de terça-feira (9), no auditório do Clube de Engenharia, no Rio



Francis Bogossian ladeado por Fernando Peregrino (e) e Márcio Girão (d)



Denise Alves, engenheira florestal, pela primeira vez uma mulher foi a conselheira mais votada



Júlio Villas Boas, Benedita, Girão, Peregrino e Francis

PINGA-FOGO

■ **SEGUNDO TURNO EM NITERÓI** - Rodrigo Neves começou a campanha achando que levaria a Prefeitura de Niterói no primeiro turno. Os analistas estão apostando no fator Bruno Lessa, candidato do Podemos, que tem sido a supresa da eleição. Já o candidato do PL, o deputado Carlos Jordy, disparou e tem tirado o sono de Rodrigo Neves. Outro nome que ajuda a realização de um segundo turno é o de Danielle Bornia (PSTU). Ela herdou os votos da esquerda, que não se conformam com o protagonismo do ex-prefeito.

■ **Anotem:** Jordy tem chances reais e está recebendo todo o apoio da estadual. Com base em São Gonçalo, é ponto de honra do presidente Altineu a vitória em Niterói.

■ **TRIM, TRIM, TRIM... PARTE II** - O zum-zum-zum em torno dos frequentes contatos extraoficiais de um advogado e árbitro com os patronos de casos sob seu julgamento está dando o que falar no meio jurídico carioca.

■ Tanto o julgador quanto a maioria dos escritórios de advocacia com os quais ele não deveria manter contato - mas mantinha - são sediados no Rio.

■ **O problema vai além de diversas ligações telefônicas para advogados que atuavam contra a Petrobras em um processo arbitral presidido por ele, já reveladas pela coluna. Pelas regras, os árbitros só devem se comunicar com as partes e seus advogados dentro dos canais oficiais e com ciência da contraparte e dos demais julgadores.**

■ **CAIU A FICHA** - Quem teve acesso às informações obtidas por uma fonte da coluna notou conflito de interesses também em outra arbitragem julgada pelo advogado carioca. Isso porque ele também manteve contato frequente com diferentes advogados da Paper Excellence, empresa de origem chinesa que disputa a Eldorado Celulose, em um processo no qual ele também foi árbitro.

■ **DESCUIDO** - Para um advogado experiente no meio criminal, as ligações telefônicas comuns do árbitro para os advogados devem representar momentos de descuido pontual,

enquanto o grosso das comunicações ocorria mesmo por meio de aplicativos, nos quais as ligações não deixam registros nas operadoras de telefonia.

■ **FLÁVIO BOLSONARO EM BARRA MANSA** - O candidato a prefeito de Barra Mansa, Luiz Furlani (PL), está reunindo suas articulações políticas para reforçar sua campanha eleitoral no município. Após ter o apoio declarado do senador Romário, agora também pode riscar outro nome da lista que também o apoiará nas eleições municipais: o do senador Flávio Bolsonaro. Flávio, inclusive, já está de marcos em sua sexta-feira, dia 13, caminhada pelas avenidas centrais de Barra Mansa, ao lado de Furlani e da vice Luciana Alves. Vai selar apoio à chapa puro sangue.

■ **ROMÁRIO EM CARREATA** - A vereadora Katia Miki (SD), candidata à prefeitura de Barra do Piraí, e o seu vice, o advogado Cristiano Almeida (PSD), ganharam mais um apoio de peso para as Eleições Municipais: o senador Romário (PL). O ex-jogador da Seleção Brasileira, junto com o deputado federal Áureo Ribeiro (SD), participaram de uma carreata em apoio a Katia e Cristiano, na tarde desta terça-feira (10) pelas ruas do centro da cidade.

■ **OTONI X GLAUCO** - Não convidem para o mesmo ambiente o deputado federal Otoni de Paula (MDB) e o prefeito de Queimados, Glauco Kaizer (União Brasil). Ambos estão numa verdadeira guerra de narrativas e troca de farpas nas redes sociais, e também pelas ruas do município da Baixada Fluminense. Otoni, que apoia o opositor de Glauco, o deputado federal Max Lemos (PDT), anda fazendo críticas severas ao atual prefeito, que tem o rebatido nas redes sociais. Em mais um episódio da briga, Otoni questionou uma emenda parlamentar de R\$ 20 milhões de reais que destinou ao município. Glauco o rebateu nas redes e, para dar o troco, Otoni fez pior: subiu na tribuna da Câmara dos Deputados, e engrossou as denúncias feitas por vereadores sobre um esquema de irregularidades em marcações de consultas na saúde municipal, com a possível anuência da então secretária de Saúde do governo Glauco, Marcelle Nayda.

Fernando Molica

Golpe não é anistiável

Os defensores da anistia para os que tentaram dar um golpe de Estado procuram omitir a gravidade dos crimes cometidos pelos que articularam, estimularam, financiaram e atuaram para implantar uma nova ditadura no país. O 8 de Janeiro não pode ser reduzido a um desvario de idosos de Bíblia nas mãos.

Não dá pra anistiar os que invadiram e depredaram sedes de poderes, foram para a frente de instalações militares para tentar subverter as Forças Armadas, elaboraram interpretações falsas da Constituição, quase mataram policiais, rechaçaram o resultado das urnas, patrocinaram as movimentações, interromperam estradas, quase explodiram um caminhão-tanque no aeroporto de Brasília.

O 8 de Janeiro não foi algo isolado, mas

o resultado de um processo. Ainda é preciso apurar o papel efetivo do então presidente Jair Bolsonaro no golpe, mas é inegável que muitas pistas apontam para ele e para auxiliares diretos, como o general Braga Netto e o almirante Almir Garnier Santos, que comandava a Marinha.

Estes, de acordo com as investigações, tiveram papel decisivo na trama golpista, mas muitos outros militares, entre eles, oficiais-generais, foram, na melhor das hipóteses, coniventes com a tentativa de quebra da institucionalidade.

Nada pode justificar a insistência com que o então ministro da Defesa, general Paulo Sérgio Nogueira, desacatou a Justiça Eleitoral. A permissão para que manifestantes ocupassem áreas militares, diante de quartéis, para pedir golpe não pode ser

banalizada.

A punição aos que participaram da tentativa golpista é fundamental para que nunca mais o país volte a flertar com a quebra da democracia. As quarteladas, presentes em toda a história republicana, precisam ser descartadas e isso só ocorrerá com o julgamento, condenação e cumprimento de pena por parte dos culpados, civis ou militares.

É preciso que todos passem a pensar nas consequências de seus atos. Já passou da hora de o país acabar com a lógica que faz com que funcionários públicos fardados achem, há mais de um século, que encarnam uma espécie de consciência moral da Nação e que, portanto, podem impor suas vontades com as armas que lhe foram entregues pela população.

Nos dois últimos anos do mandato de Bolsonaro, o país voltou a ser assombrado pelo fantasma da tutela militar. É só conferir a quantidade de notas oficiais em que comandantes das Forças Armadas reiteravam suposto compromisso com a democracia. Numa democracia enraizada, militares sequer ousam emitir documentos desse teor, isso é impensável em países como Estados Unidos, França, Reino Unido e Portugal.

Mais do que ameaçar a posse de um presidente eleito, a trama golpista representou uma ameaça à liberdade de pensamento e à integridade física de milhões de brasileiros — é só ver o que ocorre na Venezuela. O exemplo do país vizinho reforça que a democracia precisa ser defendida independentemente do viés ideológico dos governantes.

Por lá, o chavismo conseguiu algo recentemente ensaiado por aqui, a cooptação das mais altas patentes militares, um processo que hoje garante a ditadura de Nicolás Maduro, que agora tenta se consolidar com a fraude eleitoral.

É razoável discutir penas aplicadas a alguns dos condenados, mas vale lembrar que as punições mais pesadas tiveram como base artigos de lei sancionada por Bolsonaro. Preveem até oito e doze anos de cadeia para os que tentarem — basta tentar —, com emprego de violência ou grave ameaça, respectivamente, abolir o Estado Democrático de Direito e depor governo legitimamente constituído. O artigo que pune quem incita militares contra os poderes constitucionais também está nessa lei, que precisa ser cumprida.